
**OS SLOGANS POLÍTICOS NA ATUALIDADE
SOB OLHAR DE SÓCRATES E DOS SOFISTAS**
*THE POLITICAL SLOGANS IN THE PRESENT TIME UNDER
LOOKING AT OF SOCRATES AND THE SOPHISTS*

José Fernando Vidal de Souza*

RESUMO: O presente trabalho visa promover uma discussão dos denominados slogans políticos, expressos por frases prontas ou dogmas alienantes, através da leitura das idéias dos sofistas e dos argumentos de Sócrates expostos no livro VIII da República de Platão.

PALAVRAS-CHAVES: Slogans Políticos; Sofistas, Sócrates, República de Platão.

ABSTRACT: The present essay aims to promote a discussion about the so called political slogans, expressed by ready to use phrases or alienating dogmas, through the reading of the ideas of the sophists and the points of Socrates displayed on the book VIII of the Plato Republic.

KEYWORDS: Political Slogans; Sophists; Socrates; Plato Republic.

INTRODUÇÃO

As idéias socráticas e o embate com os sofistas têm atualidade nos dias de hoje? Esta indagação é o mote para a análise da esfera política brasileira na atualidade. Com efeito, resta certo que o discurso político no Brasil é recheado de uma retórica vazia que sintetiza o comportamento dos políticos brasileiros.

Assim, encontramos frases indicativas da forma de governar e nesta linha de pensar vemos máximas como: Primeiro os que mais precisam; Edificando o bem comum; A cidade em suas mãos; Brasil para todos.

Estas frases refletem um intenso grau de ideologia que campeia o discurso político, mas também permitem enfatizar o comportamento retórico dos políticos que trabalham a própria imagem e buscam imprimir veracidade à sua fala.

* José Fernando Vidal de Souza - Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra; Doutor (Ambiental) e Mestre (Penal) em Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Especialista em Ciências Ambientais pela Universidade São Francisco; Professor de Direito Ambiental da Universidade Paulista (Graduação e Pós-Graduação) e Professor de Direito Penal da Universidade São Francisco (Graduação e Pós Graduação). Promotor de Justiça no Estado de São Paulo.

As frases mencionadas longe de mera exploração dos meios de comunicação, em especial da televisão, pelos grupos de pessoas que atuam na área do marketing político e assessoram os governantes servem para ressaltar o contexto histórico, político e institucional do discurso e da retórica empregada para convencer o máximo de pessoas sobre a realização e atuação de determinado governante.

Trata-se, pois, de um meio de ocupar um espaço estratégico que permite ampliar o discurso político na atualidade e ingressar no campo da subjetividade do cidadão, que passa a crer que, de fato, o governante atua de forma eficiente na defesa dos bens da coletividade.

A democracia é vista então sob o olhar de entretenimento nacional, fácil de ser entendida e compreendida através dos discursos realizados nos meios de comunicação, sem que o indivíduo inserido na sociedade tenha o entendimento e a reflexão sobre o papel das mídias e dos governantes.

O discurso político mascarado através de frases prontas e de fácil assimilação introduz um comportamento no campo do imaginário coletivo que confunde ficção com realidade.

O político então foge ao “olhar fixo nos olhos” do eleitor e se vale de uma falsa interatividade que lhe permite realizar estratégias enunciativas prontas, diretas e vazias. Com isso, a lógica do convencimento no campo político hoje ocorre pela via do sistema midiático, que se orienta por enfatizar a objetividade individual.

Mas esta forma de ver o mundo é nova ou já foi denunciada em outros tempos?

A leitura atenta das idéias dos sofistas e dos argumentos de Sócrates nos permite dizer que nada é novo, trata-se, evidentemente, de uma nova leitura sobre a busca da verdade e a arte de fazer política, conforme tentaremos explicar a seguir e, para tanto, faremos uma breve síntese do pensar dos sofistas e de Sócrates e o embate das idéias diante do livro VIII da República de Platão.

1. OS SOFISTAS

O surgimento dos sofistas ocorreu após das grandes vitórias gregas, atenienses, contra o império persa, em meio a uma extraordinária efervescência espiritual que marca o fim das Guerras Médicas.

A Grécia se vê livre da ameaça bárbara e o império marítimo ateniense envolve parte das ilhas do Egeu e a Jônia, velha terra da civilização e com isso houve um triunfo político da democracia. Péricles (morto em 429 a.C.) é o responsável por introduzir em Atenas a constituição democrática, tal como ocorre todas as vezes que o povo sente, de repente, a sua força.

Como se sabe, o domínio pessoal, em tal regime, depende da capacidade de conquistar o povo pela persuasão, daí decorre a importância dada a oratória e, por conseguinte, os mestres de eloquência. A sofística surge então nos últimos cinquenta anos do século V e não se configura como uma doutrina, mas como uma forma de ensinar.

Os sofistas são professores que vão de cidade em cidade procurando audiência e que, por um preço conveniente, ensinam os jovens atenienses abastados a se destacar, através de lições de ostentação e de vários cursos e métodos cujo objetivo é tornar vencedora uma determinada tese que eles querem que seja aceita.

A verdade, assim, é substituída pela busca do sucesso e funda-se na arte de con-

vencer, de persuadir e de seduzir.

Enfim, os sofistas buscam conquistar fama e riqueza no mundo e tornaram-se mestres de eloquência e retórica, ensinando aos homens ávidos pelo poder político a maneira de consegui-lo, pela via do convencimento.

Constata-se, portanto, que diversamente dos filósofos gregos em geral, o ensino dos sofistas não era ideal, desinteressado, mas sobejamente retribuído.

O conteúdo desse ensino abraçava todo o saber, a cultura, uma enciclopédia, não para si mesma, mas como meio para fins práticos e empíricos e, portanto, superficial.

Os sofistas, no entanto, deslocam o interesse da filosofia da natureza para o homem, instauram um clima cultural que enfatiza uma libertação das idéias, criticam o ateísmo, destroem a imagem tradicional do homem como eram vistos pela poesia e tradição pré-filosófica, com uma intensa e profunda ação sobre a moral; criticam os conceitos de verdade e de bem; enfatizam a virtude como objeto de ensino e se apresentam como mestres de virtude e, portanto, capazes de ensinar os indivíduos a ocuparem um espaço no campo político em razão da crise da aristocracia.

O auge da sofística foi na segunda metade do século V a.C e a Atenas de Péricles (de 444 a 431 a.C.), capital democrática de um grande império marítimo e cultural, conforme explica Christophe Rougue (2002, p. 08):

Em Atenas, o logos tem então um lugar central. Quem ambiciona o poder na assembléia, onde se elegem os comandantes, deve, antes de tudo, ser bom orador. Quem quiser esperar ganhar um processo privado, não deve sê-lo menos. Encontram-se em Atenas profissionais pagos para redigir os discursos daqueles aos quais falta eloquência. Demóstenes, o célebre orador, contou os exercícios aos quais ele, gago que era, se obrigou para vencer essa deficiência fatal: discursos lidos com calhaus na boca, subindo enconstas para adquirir fôlego necessário para os belos períodos oratórios. Em Atenas, para existir é preciso saber falar.

Daí decorre o surgimento e o aumento dos sofistas, pois a cidade exige habilidade para elaborar pelos discursos e nesta arte da eloquência destacam-se os cinco sofistas a seguir enumerados:

- a) Protágoras (nascido entre 491 e 481 a.C.) é o mais importante dos sofistas e inaugura a idéia de relativismo para apreciar e julgar o falso e o verdadeiro ou o bem e o mal, vale-se da fórmula “o homem é a medida de todas as coisas”. Contou com o apoio de Péricles que chegou a confiar-lhe a tarefa de preparar toda a legislação da colônia de Turi em 444 a.C. Com o mencionado axioma Protágoras visava romper com o critério absoluto do ser ou não-ser, verdadeiro e falso. Assim, a sua preocupação passa a ser com o homem individual e desta forma cada qual teria a sua verdade e ninguém estaria no erro. No entanto, a verdade de cada um passava pela prova da argumentação e esta poderia fazer com o argumento de um superasse o argumento do outro. Ele ensinava então como se obter técnica, método e habilidade para fazer prevalecer um ponto de vista sobre a opinião do oponente. Porém, o relativismo de Protágoras ganha a dimensão de utilitarismo, pois se o verdadeiro não existe e os valores morais não são absolutos, a prevalência de uma opinião sobre outro só ocorre quando faço a distinção de algo ser mais útil, mais convincente e mais oportuno que outro. Por fim, sábio

é aquele que consegue fazer esta distinção e convencer os outros que devem acatar suas idéias e colocá-las em prática. Com isso cria a antilogia que se trata de um método de aduzir os argumentos prós e contras sobre determinada questão e depois examiná-los conseguir tornar o mais fraco em mais forte argumento.

- b) Górgias (483-376 a.C., aproximadamente), nascido em Leontini, na Sicília, foi um professor de retórica que a exemplo de Protágoras viajou por toda a Grécia e também alcançou glória e reputação ao construir a sua tese do niilismo. O seu pensamento promove a inversão da máxima de Parmênides (o ser é o não-ser não é) e assim sustenta: o ser não existe e o não-ser existe, através das seguintes proposições: a) o ser não existe, mas o nada existe; b) se o ser existisse não seria cognoscível e c) se o ser fosse pensável ele seria inexprimível. Deve-se observar que com a ausência do ser não é possível se fixar uma verdade e nem os bens absolutos. Com isso esvasia-se a possibilidade do ser integrar o conteúdo da palavra, que torne-se apenas um veículo de persuasão e sugestão. Górgias então tem o campo aberto para desenvolver o seu melhor, ou seja, a eloquente oratória criativa, o uso da poesia, da métrica, das palavras refinadas e das antíteses equilibradas. Este é o campo fértil da opinião (doxa) já que a verdade absoluta (alétheia) não pode ser atingida. Porém, Górgias busca uma terceira via e enfatiza que cabe a razão iluminar os fatos, as circunstâncias e as situações da vida para se fazer as melhores escolhas.
- c) Pródico (nascido entre 470-460 a.C.) era um mestre na arte de discursar e diante da técnica que possuía criou a sinonímia, que consistia em buscar as nuances das palavras e a aplicação das palavras corretas, despertando assim a atenção dos ouvintes, tornando os discursos mais convincentes. A sua técnica influenciou a metodologia socrática na busca da essência das coisas. No campo da ética a sua contribuição foi de grande valia para se distinguir as figuras da virtude e do vício, tomando aquela como o caminho mais adequado para obter a verdadeira vantagem e a verdadeira utilidade. No campo da teologia afirmava que os deuses eram a absolutização (hipostatização) do útil e do vantajoso, com isso todas as forças que influenciam a vida do homem (sol, lua, chuva, vento etc) são considerados como deuses.
- d) Hípias (século V a.C.) natural de Elis tinha uma memória excepcional e grande habilidade para preparar discursos e fazer improvisos. Desenvolveu o método enciclopédico e a arte da memória (mnemotécnica). Formulou a distinção entre as leis da natureza e as leis homens (direito positivo). As primeiras deviam se sobrepor às segundas e eram eternamente válidas, enquanto as segundas eram circunstanciais e fruto da arbítrio humano. Portanto, sustentava que pelas leis da natureza não haviam distinções entre os cidadãos de uma cidade ou de outra. Com isso, introduz entre os gregos os conceitos ideias de cosmopolitismo e igualitarismo.
- e) Antifonte (século V a.C., morto em 411 a.C.) Foi um grande orador que radicalizou ainda mais as idéias de Hípias e promove a antítese entre a natureza e a lei. A natureza, no seu entender espelha a verdade, enquanto a lei positiva revela uma opinião. Desta forma, sempre que possível deve-se seguir a natureza, transgredindo a lei dos homens, quando inexistir possibilidade de punição. Acrescenta os conceitos de cosmopolitismo e igualitarismo de Hípias a de paridade efetiva entre os homens, que seriam todos iguais diante da natureza, independentemente das suas origens. Estas idéias contribuem para a abertura da pólis e o

rompimento dos preconceitos da aristocracia grega e a superação da idéia de superioridade de um povo sobre o outro, pois todos nós somos iguais diante das mesmas necessidades naturais (respirar, comer, dormir etc).

Percebe-se que os sofistas se dedicam a arte de ensinar a falar bem, mas para tanto recebem uma remuneração e a eloquência acaba por ser medida de forma prática diante da audiência política. No entender de Sócrates este é um desvio utilitário do logos e, por esta razão, ele não comunga do pensar sofística e se apresenta como uma voz dissonante que se recusa a falar como a maioria ou como se deve falar.

2. SÓCRATES

Sócrates (470/69 – 399 a.C.) nasceu em Atenas, filho de Sofrônico, escultor, e de Fenáreta, parteira. Com o pai aprendeu a arte da escultura e da profissão da mãe herdou a idéia para desenvolver o método socrático, recebeu uma educação elementar em literatura e música.

Sócrates tornou-se um dos principais pensadores da Grécia Antiga e é reconhecido como o fundador da filosofia ocidental e foi muito influenciado por Anaxágoras e conhecia as doutrinas de Parmênides, Heráclito e dos Sofistas. Sócrates serviu no exército e lutou bravamente na Guerra da Peloponeso e em várias outras batalhas. Combateu a Potidéia, onde salvou a vida de Alcebíades e em Delium, onde carregou aos ombros a Xenofonte, gravemente ferido.

Desde jovem ficou conhecido pela sua coragem e também pelo seu intelecto dedicou-se inteiramente à meditação e ao ensino filosófico, sem recompensa alguma. Desempenhou alguns cargos políticos e foi sempre modelo irrepreensível de bom cidadão, não obstante sua pobreza.

Seus primeiros estudos e pensamentos discorrem sobre a essência da natureza da alma humana. Não deixou escritos, mas as suas idéias foram difundidas por principalmente por Platão, Aristófanes, Xenofonte e Aristóteles, que embora divergentes entre si apresentam em suas obras as várias facetas do filósofo.

Sócrates tem uma preocupação com a essência do homem e trata de superar os problemas do princípio e da *physis* e com isso visava superar os problemas postos pelos Naturalistas que buscavam entender a realidade última das coisas. Sócrates, no entanto, volta sua preocupação com a natureza e a realidade última do homem.

Assim, para Sócrates a correta compreensão do homem está em entender a sua alma. A alma se resume na consciência e personalidade intelectual e moral do homem. O corpo é um instrumento do homem e não tem o condão de definí-lo. O homem só pode ser definido por aquilo que se serve do corpo, ou seja, a alma (*psyché*). É a alma que nos permite ordenar o conhecimento. Daí a máxima de Sócrates: Conhece – te a ti mesmo.

No entanto, isso somente é possível se não ocorrer o excesso, o que equivale dizer que se o homem se deixar levar pelas paixões, agir sem racionalidade e sem inteligência significa perder a autonomia das situações. Desta forma, Sócrates revela que a liberdade deve ser usufruída com responsabilidade, o que implica em dizer ser dono das próprias decisões, suportando os riscos e as consequências boas ou ruins.

Com esta forma de pensar se atinge a autonomia que se relaciona com a maturidade e permite que superar a fragilidade do vício ou ignorância, mediante o autodomínio.

nio. Assim, os valores não se ligam as coisas exteriores, tais como acúmulo de coisas, riquezas, fama, poder, beleza ou saúde física, mas a busca da alma boa e perfeita. A alma é racional e permite alcançar a liberdade e se livrar de tudo que é irracional, libertando o homem das coisas do mundo externo, das paixões e dos instintos.

É esta forma de reflexão pessoal que o leva a criar o seu método de transmissão de conhecimentos e sabedoria pela via do diálogo. Daí a palavra é o veículo para o filósofo tentar levar o conhecimento sobre as coisas do mundo e do ser humano. É evidente que esta forma pensar faz com que Sócrates não seja bem aceito por parte da aristocracia grega, pois defendia algumas idéias contrárias ao funcionamento da sociedade grega, em especial o conceito de democracia e aspectos da cultura grega, crenças religiosas e costumes que não ajudavam no desenvolvimento intelectual dos cidadãos gregos.

Desta maneira, a cura da alma está na atividade cognoscitiva, ou seja, através da potencialização dessa atividade, que reproduz a ciência (conhecimento). Em função de suas idéias inovadoras para a sociedade, Sócrates começa a atrair a atenção de muitos jovens atenienses. As suas qualidades de orador são aliadas à sua inteligência e também colaboraram para o aumento de sua popularidade, pois como explica Andreas Drosdek (2007, p. 105) quando Sócrates inicia sua atuação em público existiam:

...dois grupos filosóficos: os filósofos da natureza, que se dedicavam sem maiores aspirações às questões do cosmo e da natureza, e os sofistas, que desenvolveram técnicas aprimoradas para alcançarem o sucesso mundano. Sócrates trouxe uma nova perspectiva para as aspirações humanas. Acreditava que a missão do ser humano era viver do modo mais virtuoso possível.

De fato, as idéias socráticas baseavam-se em paradoxos éticos assim classificados:

- a) A virtude (sabedoria, justiça, fortaleza, temperança) é ciência (conhecimento);
- b) Ninguém peca voluntariamente, ou seja, faz o mal, se o faz é por ignorar o bem.

Por outras palavras, quando se conhece o bem é impossível deixar de fazê-lo. Deve-se notar que Sócrates eleva as virtudes à vida humana e à condição de valores ao domínio da razão. As virtudes não ficavam limitadas às convenções aceitas pela sociedade, fundadas nos hábitos e costumes. Para Sócrates as virtudes poderiam aperfeiçoar e concretizar a natureza do homem, ou seja, a sua alma e razão.

É a busca pela virtude e retidão que fazem de Sócrates uma pessoa obcecada por levar uma vida íntegra e, talvez, seja exatamente esta rigidez de pensar que o fez não deixar nada escrito, pois a oralidade é o melhor caminho para expressar idéias, diante de um mundo em movimento e em especial para aqueles que não possuem uma vida comum, sossegada e não se preocupam com riquezas, glória, poder, dinheiro ou cargos públicos.

Com isso, a felicidade (eudaimonia) para Sócrates consistia em ser um homem virtuoso e somente aquele que possui ordem espiritual e harmonia interior é capaz de atingir a felicidade. O homem virtuoso é premiado com a felicidade e, sendo assim, só o homem é o construtor da sua própria felicidade ou infelicidade.

Desta forma, a persuasão é para Sócrates o melhor uso da razão para se alcançar os objetivos. Assim, quando a persuasão valha não se deve valer da violência ou tirania, pois estas representam coisas ímpias (vícios). Aliás, a sua morte é uma representação

desta idéia, pois preferiu morrer em obediência à lei, a viver, desrespeitando-a.

Com efeito, vale enfatizar que diante da dúvida e incerteza é que Sócrates foi acusado, julgado e condenado de daimónia, ou seja, de introduzir e disseminar entre os jovens novas entidades divinas e negando os deuses que moram na cidade de Atenas.

Para divulgar o seu pensar Sócrates se vale de um método que permite o diálogo articulado em dois momentos: o irônico-refutatório e o maiêutico, sendo certo, também, que a filosofia socrática se limita à gnosilogia e à ética, sem metafísica.

Porém, a complexidade do pensamento socrático se deve primeiro ao fato dele não deixar nada escrito, sendo que o conhecimento da sua fala surge pela mãos dos seus discípulos e, depois, a sua forma de pensar que distoa do pensar da maioria dos atenienses do seu tempo. Neste particular Hector Benoit (2006, p. 85) revela que:

Sócrates não foi nenhuma dessas imagens estática ou unilateralmente. Ao contrário, Sócrates foi, como mostra o devir das suas múltiplas imagens, o desenvolvimento da série de figuras, o irônico herói trágico da totalidade desse processo de experiências: o ser que sempre desaparece na sua negação; o indivíduo que desapareceu negado na sua morte; o saber (dogmático) que desapareceu na sua dialética; o ser que da sua negação interna, há mais de dois mil anos, sempre retorna no permanente retorno irônico do negativo.

Assim, a gnosilogia de Sócrates é concretizada no seu ensinamento dialógico, que pode ser resumido nos seguintes pontos fundamentais: ironia, refutação e maiêutica.

- a) ironia: é a característica principal da dialética socrática, que visa estabelecer um jogo com o interlocutor para desembaraçar o espírito dos conhecimentos errados, dos preconceitos, opiniões. O método da interrogação permite a Sócrates deixar ao seu interlocutor formular uma tese, expondo-a, este é o momento da crítica, com isso ele induzia os seus ouvintes a dizerem o que pensavam.
- b) refutação: é método pelo qual Sócrates leva o seu interlocutor a reconhecer sua própria ignorância, através de uma discussão que provocava irritação e, por vezes, a fúria de seus adversários. Desta maneira, como era um pensador rigoroso concentrava todos os esforços para formular perguntas cada vez mais incisivas e fortes, que levavam a respostas insatisfatórias e fracas reduzindo seus contendores à perplexidade, obrigando-os a apresentarem novas definições que, novamente eram criticadas e refutadas e, por fim, o interlocutor se enxergava como um ignorante, fazendo prevalecer a máxima socrática: só sei que nada sei.
- c) maiêutica: é método pelo qual ocorre uma purificação das falsas certezas. Com isso, é possível se realizar o conhecimento verdadeiro, a ciência, mediante a razão. A verdade surge através do método dialético e não deve consistir na imposição extrínseca de uma doutrina, cabendo ao mestre tirá-la da mente do discípulo, pela razão imanente e constitutiva do espírito humano, a qual é um valor universal. Sócrates enfatiza que só a alma grávida é capaz de alcançar a verdade, se valendo aqui do olhar sobre a atividade de sua mãe que auxiliava os partos do corpo. A maiêutica representava a arte obstétrica espiritual, que auxilia as pessoas a trazerem a verdade à luz. Sócrates então enfatizava que ele próprio servia como parteira, mas não tinha condições de gerar, ou seja, não tinha ele a preocupação de responder, mas de obter respostas fornecidas por seus próprios interlocutores, que por si só conseguiam descobrir e gerar coisas belas.

Desta maneira surge a interioridade do saber, que cria uma intimidade da ciência, que não é subjetivista, mas representa uma certeza objetiva da própria razão, que pode ser expresso no aforismo socrático "conhece-te a ti mesmo".

Como salienta Jean-Joël Duhot (2004, p. 2006):

O Sócrates de Platão valida-se pois a si mesmo na obra que atualiza, porém, faz mais ainda, arrastando-nos em sua circularidade. A escritura dos diálogos autentica o retrato não somente realizando-o, mas ativando-o em uma maiêutica que nos interroga até hoje, como interrogou a filosofia em toda a duração de sua história. O espelho socrático remete-nos constantemente a nós mesmos, autenticando-se assim em sua atualização indefinida, projetando-nos em um questionamento sempre recomeçado.

Enfim, Sócrates desejava que as pessoas tivessem consciência racional de si mesmo, para organizar racionalmente a própria vida. No entanto, a consciência de si mesmo significa, antes de tudo, ter consciência da própria ignorância inicial e da necessidade de superá-la pela aquisição da ciência.

Desta forma, a ignorância não se apresenta como um ceticismo sistemático, mas apenas metódico, um poderoso impulso para o saber. Trata-se, pois, de um procedimento lógico para realizar o conhecimento verdadeiro, científico, a partir da indução, isto é, partindo do particular ao universal, da opinião à ciência, da experiência ao conceito. Em seguida, o conceito é determinado precisamente mediante a definição, representando o ideal e a conclusão do processo gnosiológico socrático e o surgimento da essência da realidade.

3. O DEBATE DAS IDÉIAS NA REPÚBLICA DE PLATÃO

No século IV a.C. , em data não precisa, surge em Atenas a concepção de sociedade perfeita. Ela é tratada no diálogo A República (Politéia), escrito por Platão, o mais conhecido discípulo de Sócrates. Neste texto vê-se a apresentação de uma vida harmônica, fraterna, que dominasse para sempre o caos da realidade.

Em A República, Platão idealiza uma cidade, na qual os dirigentes e guardiões demonstram a encarnação da pura racionalidade e o egoísmo é superado e as paixões, controladas. Os interesses pessoais cedem espaço para a totalidade social, enquanto o filósofo assume a direção da cidade.

No dizer de J.V. Luce (1994, p. 106):

A República de Platão é um manual esplêndido de filosofia moral. Segundo o espírito de Sócrates, ele faz da moralidade uma virtude endógena e a relaciona com o conhecimento e o domínio de si mesmo, mas também consegue integrá-la na estrutura da sociedade. A natureza das virtudes é mesma no Estado e no indivíduo. Um homem justo e uma sociedade justa exibem o mesmo padrão de partes funcionando harmonicamente em um todo ordenado.

Nesta obra Platão apresenta um projeto da Cidade-Modelo e estabelece uma série de passos a serem observados:

- a) Enfatiza que a sociedade deveria ser dividida em classes e elabora uma hierarquia entre eles os seus componentes. Distingue entre os seus habitantes aqueles que contribuem para bem material da Cidade, os que são capazes de defendê-la e protegê-la e os que a dirigem. Os primeiros são os camponeses, os artesãos, os comerciantes; os segundos, os guardiões; os últimos, os filósofos.
- b) Destaca um cuidado especial com a educação dos guardiões. Explica que enquanto os camponeses, artesãos e comerciantes disporiam de dinheiro e de bens particulares para desempenhar suas tarefas materiais e mercantis, os guardiões – e os governantes escolhidos entre os melhores guardiões – não possuiriam nenhum bem próprio, nenhum dinheiro pessoal, nenhuma vida privada. Viveriam em comunidade, recebendo seu sustento de classe anterior, a fim de se consagrem inteiramente a suas tarefas - mais nobres que o cultivo da terra ou a prática de negócios e que consistem em guardar e proteger a Cidade, em particular contra eventuais inimigos.
- c) Preocupa-se com o feminismo e o eugenismo e observa que os casamentos serão instituídos com vistas unicamente ao bem da cidade: serão celebrados os melhores casamentos para se obter a melhor descendência possível. Assim, a vida particular, a propriedade privada e a família assim suprimidas, e, em suas esteira, o cortejo de egoísmos, ciúmes, e desconfianças mútuas que suscita a posse de bens, de filhos, de esposos e esposas, cedem lugar a um civismo incondicional que assegura a felicidade da cidade.
- d) Elege os filósofos como responsáveis pela direção da cidade. Os filósofos, considerando habitualmente como oradores inúteis, absolutamente impróprios à ação política, serão os que estarão em melhor posição de fundar e de governar a Cidade. Agindo em consonância com o saber que possuem acerca das realidades verdadeiras – da justiça, da virtude, do Bem – estabelecerão não uma sombra ou uma caricatura da cidade, mas uma cidade justa, como a que foi descrita anteriormente.

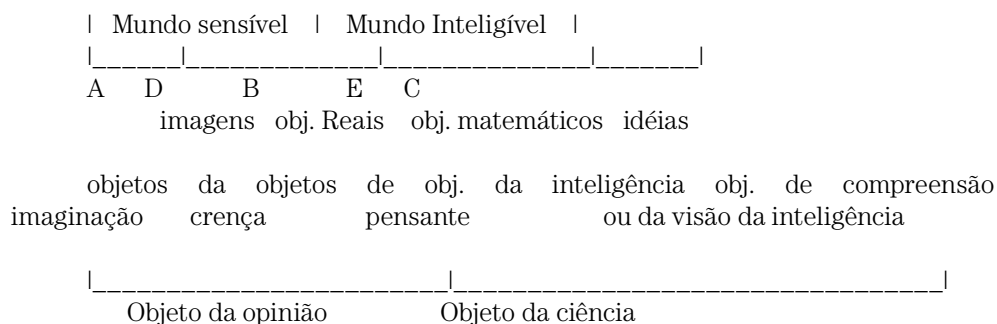
O caminho que conduz à filosofia é estreito e difícil e o atalho recomendado é o conhecimento do Bem. O Bem possibilita ao olho da alma perceber os objetos do mundo inteligível. Em outras palavras, o Bem ilumina nossa inteligência e permite às idéias se manifestarem em todo o seu esplendor.

Do mesmo modo, o Bem é a fonte da vida do mundo inteligível. É a idéia do Bem que faz com que existam outras idéias.

Assim, Platão propõe a seguinte analogia:

Mundo sensível		mundo inteligível
-----	=	-----
Iluminado pelo sol		iluminado pelo Bem

Platão complementa o seu pensar elaborando outra analogia onde estabelece os diferentes graus do mundo sensível e do mundo inteligível, que é assim expressa:



No livro VIII da República, Platão apresenta um diálogo no qual Sócrates descreve as transformações que as formas de governo podem sofrer e propõe as regras de um “Novo Estado”, onde os governantes, assim como os soldados e os desportistas devem possuir tudo em comum (mulheres, filhos, casas e educação).

Para a compreensão correta das idéias platônicas é necessário ter claro a evolução dos regimes políticos na Grécia daqueles tempos e, assim, conveniente reproduzir as observações de Amouretti e Ruzé (1993, p. 267):

Em Atenas, as instituições foram-se enriquecendo sem descanso de modo adaptarem-se às novas condições militares e financeiras e a compensar os efeitos de um comportamento mais individualista por parte dos cidadãos. Após a derrocada de 404/403, uma comissão de nomótetas ordena as leis, conservando as mais antigas quando não são contrariadas ou anuladas por decisões mais recentes, e suprimindo as dos oligarcas. Doravante a distinção entre lei (nomos) e decreto (pséfisma) torna-se clara: a primeira faz parte do código fundamental estabelecido, cuja modificação exige um procedimento complexo; o segundo assegura a passagem da lei à vida política ou judicial de todos os dias.

É conveniente observar, porém, que o Estado ateniense a partir de 503 a.C., data em que teve aplicação as reformas de Clístenes, passou a ser uma democracia, embora estivesse longe se assemelhar-se as democracias de nosso tempo, eis que fruto da desigualdade social e tratamento diferenciado entre os moradores da pólis.

A cidade-Estado necessitava de cidadãos dotados de plenos direitos, o que representava, proporcionalmente, um número pequeno nas aristocracias e oligarquias e maior nas democracias. O lugar estratégico em que tais cidadãos exerciam sua soberania também variava, sendo em Atenas era a assembléia popular (a Eclésia), em Roma um conselho (o Senado).

Porém, mesmo nas democracias eram excluídos da cidadania os escravos, os estrangeiros residentes e as mulheres. Tal fato leva muitos estudiosos a sustentarem que este modelo não eram democracias ou modelo de representatividade social dos regimes políticos clássicos em geral.

Contudo, é evidente que esta forma de pensar não encontra amparo, pois as

condições da Antiguidade clássica, como indica Flamarion Cardoso (1985, p. 9) o governo pela minoria ou governo pela maioria era uma escolha significativa e “o regime da cidade-Estado antiga, baseado na participação direta – e não principalmente na delegação de poderes – no debate que precede a votação, implicava ‘uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os instrumentos de poder’”.

Por esta razão Flamarion Cardoso (1985:10-11) destaca que as variáveis essenciais para o surgimento das cidades-Estados antigas eram as seguintes:

... população (global e de cidadãos), extensão territorial, disponibilidade de recursos (cereais, madeira, metais), grau de urbanização, etc. Atenas era uma cidade-Estado muito grande no contexto grego, tendo unificado toda a Ática. Em contraste, a pequena ilha de Amorgos (uma das Cíclades) tinha sua superfície dividida entre três ínfimas póleis. Na medida em que o podemos afirmar, tendo em vista uma documentação muito deficiente, pareceria que, abaixo de um certo limite de extensão, população e recursos – que, porém, não é possível determinar em cifras precisas – a cidade-Estado não conseguia estabilidade político-social e tinha dificuldade em manter sua independência. No pólo oposto, mesmo sendo verdade que a conquista ou o domínio (direto ou indireto) sobre territórios estrangeiros trazia grandes vantagens às cidades-Estados maiores, capazes de se expandir pelas armas, a incorporação continua de novas terras e novos cidadãos acabaria tornando inviável o funcionamento dessa forma política, na qual era muito importante a possibilidade de uma participação pessoal direta: foi o que aconteceu no caso da República romana, embora ninguém saiba dizer com exatidão quando foi atingido o limite superior (isto é, ponto acima do qual Roma deixou de ser viável como cidade-Estado), nem defini-lo quantitativamente. (...) Houve portanto, fatores que garantiram a hegemonia dos grupos sociais dominantes, de tal modo que a própria desigualdade social fosse considerada legítima – até certo ponto pelo menos – pelas grandes massas da população, incluindo os não cidadãos.

Aliás, como lembra Renato Janine Ribeiro (2001: 11-12) os cidadãos gregos não viviam em uma sociedade complexa como a atual, sendo que as discussões que os envolviam giravam em torno de temas como guerra, paz, política, mas principalmente, festas e religião, em assembléias realizadas a cada nove dias. Por esta razão, no seu entender, “a política era provavelmente mais divertida, até porque era bem próxima da vida cotidiana”.

Em A República, Platão inicia o Livro VIII (544 c/d) com um diálogo entre Sócrates e Gláucon apresentando as várias formas de governo existentes da seguinte forma:

A primeira, elogiada pela maioria, é a de Creta e da Lacedemônia; a segunda (vem em segundo lugar também pelos elogios que recebe) é chamada oligarquia, uma constituição com defeitos sem conta. Em seguida, vem uma constituição diferente daquela, a democracia; e, enfim, a nobre tirania que se destaca entre todas as outras

é a quarta e última doença da cidade. Ou conheces outro tipo de constituição que dependa de um gênero bem definido? É que monarquias hereditárias e reinados venais e outras formas como essas são intermediárias daquelas outras e existem tanto entre os bárbaros quanto entre os helenos.

Na sequência passa a avaliar os tipos de governo encontrados nas cidades: tirarquia, democracia, oligarquia e tirania e outras constituições que estariam entre as mencionadas. Estas formas de governo são examinadas tanto no âmbito público como no individual e, depois, promove uma comparação entre o homem mais justo e o mais injusto, examinando a natureza destes e o benefício da justiça. Enfatiza que o homem na democracia é bom e justo, como já haviam examinado em trechos anteriores (544 e). Porém, como tudo o que nasce está sujeito à corrupção, nem uma constituição como essa subsistirá para sempre e tende a se dissolver (546a).

Sócrates se valendo de um recurso matemático faz ver que há uma falha eugênica (547a) e explica que o amor à justiça é substituído pelo amor ao poder e à riqueza. Assim, surge o que denomina de Timocracia, “uma forma de governo entre a aristocracia e a oligarquia” (547c). Esta, por sua vez, é sucedida pela oligarquia, governo dos que amam o dinheiro (551a). Assim salienta o seguinte (551 b):

Então, nesse momento, estabelecem por uma lei os limites da constituição oligárquica, exigindo do povo um censo – mais alto onde mais forte fosse a oligarquia, mais baixo onde ela fosse mais fraca –, proibindo que participem do governo quem não alcance o censo fixado. Põem em execução essas normas pela violência das armas, ou, sem chegar a isso, estabelecem tal constituição pelo terror.

Ao legislar em favor só, torcendo os sentidos das leis e desobedecendo-as esta forma de governo leva a uma cisão do Estado e: “necessariamente tal cidade não é uma só, mas duas, a dos pobres e a dos ricos, que habitam num mesmo espaço, sempre uns tramando contra os outros” (551 d). Decreta-se o fim do amor à virtude e o Estado entra em luta consigo mesmo, dividido, de um lado o partido de poucos muito ricos e, de outro os muitos pobres. Assim, neste modelo “quase todos são mendigos, disse, exceto os governantes” (552 d).

A democracia surge então “quando pobres, vitoriosos, matam uns, expulsam outros e aos restantes fazem participar do governo e das magistraturas em pé de igualdade e, no mais das vezes, os cargos são atribuídos pelo sorteio” (557a). A liberdade é a base da democracia, mas ocorrerá com a ausência de qualquer exigência e o desprezo pelos princípios.

Além disso, a democracia possui uma série de qualidades, assim explicadas: “Essas e outras afins seriam as qualidades da democracia e, pelo que se sabe, seria uma forma de governo agradável, isenta de chefes e matizada, distribuindo um certo gênero de liberdade tanto ao que é igual quanto ao não-igual” (558c).

Porém, ao exasperar a liberdade como bem supremo, atinge-se a anarquia, eis que:

“o mais alto grau de liberdade, meu amigo, atingido numa cidade sob um governo tal, ocorre quando os homens e mulheres que fo-

ram comprados em nada são menos livres que aqueles que os compram. Quase íamos esquecendo-nos de mencionar até que ponto vai a igualdade e a liberdade das mulheres em relação aos homens e dos homens em relação às mulheres” (563 b).

Desta forma, “a liberdade excessiva passa à servidão excessiva para o indivíduo e a sociedade” (564 a). Daí surge a Tirania, o que implica dizer que o excesso e o acúmulo da liberdade levam a mais completa e mais selvagem das escravaturas.

No entanto, primeiro, instaura-se a anarquia e é dessa situação que se aproveita tirano que passa de pretenso defensor da ordem para a figura de déspota que impõe a força sobre todos, dando origem ao espaço da injustiça.

Portanto, a tirania, ao contrário, não assegura aos cidadãos a mencionada liberdade, mas Platão a elogia, pois entende que é a forma de governo que mais se aproxima do modelo de sua cidade perfeita, mas Sócrates adverte que: “sábios são os tiranos pelo convívio com os sábios. Evidentemente dizia sábios aqueles com quem os tiranos conviviam” (568 b).

Convém observar ainda que o mundo grego e romano era essencialmente rural (khôra), muito embora a vida social ocorresse no complexo urbano (urbes). De fato, na Acrópole se situavam os templos da polis; a Ásty era o centro urbano da pólis e no interior deste se situava a Ágora, ou seja, a praça pública, o grande palco da pólis, pois ali se realizam as feiras, as questões maiores eram discutidas pelos proprietários rurais e, ainda, ocorriam as assembléias militares e sociais.

Vale ressaltar, também, que os cidadãos gregos, romanos e egípcios ocupavam um mundo eminentemente masculino, pois se tratava de um mundo guerreiro. Por outras palavras, cidadão grego era sinônimo de homem-guerreiro-proprietário rural.

Vernant ao examinar esta civilização faz sua análise através de uma visão interdisciplinar e rompe a distinção entre razão e mito, enfatizando que os deuses gregos não estavam distantes dos homens, pois estão presentes no cotidiano, são imortais e possuem alguns poderes sobrenaturais, o que facilitava o diálogo entre eles.

Ademais, o historiador francês (2008, p. 143) rechaça a figura do milagre grego e observa que os gregos são herdeiros de outras culturas e civilizações do mediterrâneo (persa, egípcia etc.) e ao final conclui o seguinte:

A razão grega não se formou tanto no comércio humano com as coisas quanto nas relações dos homens entre si. Desenvolveu-se menos com as técnicas que operam no mundo que por aquelas que dão meios para domínio de outrem e cujo instrumento comum é a linguagem: a arte do político, do reitor, do professor. A razão grega é a que de maneira positiva, refletida, metódica, permite agir sobre os homens, não transformar a natureza. Dentro de seus limites como em suas inovações, é filha da cidade.

Entretanto, o principal conceito a ser analisado na formação da pólis é a idéia de isonomia.

A palavra em questão é decorrente de duas outras idéias: isegoría e nómos.

Isegoría é a liberdade de expressão ou a liberdade de falar para todos e o direito de falar na Ágora. A isegoría é formada pelos radicais isos (igualdade ou igual) e àgora (praça pública).

Nómos num primeiro sentido é aquilo que se entende por costume, tradição comum, com a evolução ela se transforma na opinião geral de um grupo, aceita pela maioria e como regra de conduta.

Desta forma, observa-se que na Grécia antiga não havia a noção de “eu” tal como temos hoje, um “eu” individual, fragmentado, deslocado da vida pública. O grego não se considerava senhor de sua integridade, ele sabia que existem forças que agem no indivíduo que independem da vontade, por exemplo, a sua constituição biológica, a história vivida de cada um e o contexto social. Todos estes fatores são condicionamentos do homem que independem dele. Assim, para o grego todos esses condicionamentos integravam o conceito de destino. Do destino, porém, nada se sabia, pois saber o destino é coisa para os deuses. Desta premissa se conclui que entre os gregos ninguém podia ser responsável pelo seu próprio ato, visto que aquilo fazia parte do destino. Com isso, despedido da noção de um “eu” individual, inexiste a ideia de culpa, e sem culpa não é possível se falar em punição. A ideia de culpa ligada à punição surgirá com o advento do cristianismo.

Portanto, se não há punição alguém pode pensar, qual seria o instrumento regulador da ordem social? Uma resposta que satisfaça um questionamento como este exigiria um estudo filológico e histórico da Grécia antiga, aqui pretendemos apenas destacar alguns elementos de forma geral.

Desta maneira entendemos que quando o homem grego tenta agir com temperança -sophrosyne-, ele, de certa forma, age na pólis. A preocupação consigo mesmo, do sujeito, culmina na harmonia da pólis. É na pólis que o homem grego se sente igual perante aos outros. Podemos, então perceber a importância de fazer os gregos se reconhecerem como iguais.

Enfim, a pólis se afina numa base unitária desenvolvendo-se e nesse contexto, não há separação entre vida pública e vida privada, para o grego ele é parte de um todo. Um todo chamado de polis, no qual a isonomía é fundamental para a sedimentação do modelo político que se instala no período em estudo (séculos V e IV a.C.), ou seja, a democracia.

Em A República Platão não se preocupa em promover uma reflexão sobre teoria política, mas trata das questões em torno da Paidéia, da formação grega e da tentativa de construir uma orientação filosófica de educação em oposição à paidéia poética então vigente.

Com efeito, neste sentido, precisa é a lição apresentada por Christoph Helferich (2006, p. 37):

O projeto de Estado de Platão foi frequentemente criticado como “ditadura de uma aristocracia”, como “ditadura da educação” ou, ainda, como “mera utopia”. Problemática de fato é a crítica desenvolvida em A República contra os poetas: Platão aceita unicamente obras “positivas”, já que a arte poética em geral mira apenas a estimulação das paixões, e não a verdade. Igualmente problemático é o “privilegio” do filósofo. Platão precisa pagar um alto preço para manter “pura” a verdade. A reprovação indiscriminada à “ditadura” ignora, contudo circunstâncias históricas fundamentais, que sempre precisam ser levadas em consideração em semelhantes avaliações. A Antiguidade não conhece ainda o conceito de “sujeito autônomo”, determinante para a sociedade burguesa moderna (por

exemplo, no direito constitucional). Por isso, não se pode medir o projeto de Platão simplesmente pelo metro do conceito moderno de liberdade. O pensamento antigo parte primariamente do conceito moderno do “cosmo”, da ordem do todo. O indivíduo é concebido como parte dessa ordem, na medida em que lhe é atribuído nela um lugar determinado. A acusação de utopia teria de justificar-se por si mesma para continuar a ser mantida como acusação. Afinal, o sonhar crítico não faz parte das possibilidades mais importantes do ser humano?

Além disso, o seu objetivo é se contrapor aos sofistas que se desenvolviam como educadores e valiam da retórica e do preparo dos cidadãos para poderem argumentar nos embates democráticos da ágora. Estes, conforme já enfatizados, não tinham um compromisso com a verdade, pois se fundavam em percepções, opiniões e crenças, ou seja, na doxa.

Desta forma, a república ideal seria mais um resultado da paidéia filosófica que Platão propõe uma organização e fundamentação filosófica da pólis, mediante a elaboração de um pensamento sistematizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sofista etimologicamente significa sábio, mas com o decurso do tempo eles passaram a ser vistos como impostores, pois eram professores viajantes que vendiam o seu saber filosófico, por determinado preço aos mais abastados. Enfatizavam a eloquência e a habilidade mental dos seus discípulos em busca do conhecimento útil para o sucesso dos negócios públicos e privados.

Os sofistas não buscavam a verdade, mas o desenvolvimento do poder de argumentação, a habilidade da oratória e o conhecimento das doutrinas divergentes. Enfim os sofistas eram mestres de retórica e oratória, muitas vezes professores itinerantes, que percorriam as cidades-estados fornecendo seus ensinamentos, sua técnica, suas habilidades aos governantes e aos políticos em geral e usavam o jogo de raciocínios na arte de convencer as pessoas superando as teses dos adversários.

É preciso observar que os sofistas foram favorecidos pelo momento histórico vivido pela civilização grega, ou seja, uma época de lutas políticas, guerras e intenso conflito de opiniões nas assembléias democráticas.

Por tudo isso a necessidade de aprender a arte de argumentar em público e convencimento das pessoas é fundamental para manipular as assembléias e fazer prevalecer os interesses individuais e de classe.

No tempo de Sócrates, o ambiente intelectual era dominado pela presença dos sofistas, que surgem no momento de passagem da tirania e da oligarquia para democracia. Por esta razão, na opinião de Sócrates os sofistas fracassaram em seu método de ensinar a moral ou a virtude, eis que eles induziam os seus alunos em erro e falsificavam a verdade.

As principais diferenças entre Sócrates e os sofistas podem ser assim enumeradas:

- a) o sofista é um professor ambulante. Sócrates é alguém ligado aos destinos de sua cidade;

- b) o sofista recebe para ensinar. Sócrates vive sua vida em busca da virtude e essa confunde-se com a vida filosófica e assim filosofar não é profissão, é atividade do homem livre;
- c) o sofista “sabe” e transmite. Sócrates diz que nada sabe e convida o seu interlocutor a realizar uma aventura dialética em busca da verdade;
- d) o sofista se vale da retórica. Sócrates aplica a dialética;
- e) o sofista refuta para vencer uma disputa verbal ou para promover o convencimento de um número maior de pessoas, em busca dos interesses particulares. Sócrates refuta para purificar a alma de sua ignorância.

Percebe-se com estas colocações que os políticos brasileiros na sua maioria se valem das frases prontas e do marketing político com o objetivo único de promoverem o conhecimento instantâneo, em busca de sucesso público, sem qualquer preocupação na promoção de uma luta libertária individual.

Com este posicionamento de fácil assimilação o slogan político é um fator de convencer sem explicar, assim, os políticos se valem de argumentos falaciosos para justificarem suas atitudes e a retórica moderna é substituída pela palavra vazia, mas de efeito moral, que repetida com constância se torna uma verdade incontestável para uma boa parte da população.

As frases feitas representam uma tentativa de convecer a população sem ter a necessidade de provar e, como são repetidas ad nauseam dificultam a possibilidade de serem refutadas e se transformam em formas de opressão sócio-linguística. Esses fenômenos discursivos enfatizam o poder e reafirmam a estratificação social, pois colocam os políticos como detentores dos destinos dos cidadãos ou responsáveis pelo bem de todos.

Esta estrutura se revela também como a-histórica e não-dialética, pois adota-se, em regra, uma postura paternalista de um burocrata que se dedica ao assistencialismo e não se preocupa em promover uma prática discursiva dialógica.

Este pensar faz aflorar como destaca Renato Janine Ribeiro (2006: 52-53) a famosa frase de Mandeville: Vícios privados, benefícios públicos e arremata:

... em nosso país, o discurso público, da mídia e das pessoas privadas é o do moralismo – de um moralismo que nem mesmo seus porta-vozes praticam. Ganharíamos com mais sinceridade. Porque um traço fascinante e apavorante de nosso tempo é que estamos todos no mesmo barco. Ficou difícil distinguir a natureza do homem público e do privado. O público é o risco (por vezes, o anseio) do que é privado e íntimo.

De fato, a atividade política deve antes de mais nada despertar a consciência individual, a fim de que esta adquira uma autonomia para distinguir os discursos e saber identificar a fala própria da fala alheia, o discurso persuasivo do discurso autoritário, o pensamento próprio do pensamento alheio, permitindo florescer uma maneira independente de conhecimento.

Com isso, vê-se que os políticos modernos se valem da retórica para reproduzirem opressão e neste aspecto se aproximam dos sofistas, que também ensinavam, mediante paga, a arte de persuadir e convencer o maior número de pessoas.

O discurso monocórdico expresso pelas frases prontas deve ser combatido com o método socrático, que permite superar a mise-en-scène de situações de arrogância ou

resignação ditada pelos políticos e capaz de gerar um dinamismo dialógico.

A tentativa de estabelecer uma homogeneidade política por meio de slogans deve ser superada pela identificação de uma mensagem social que transcenda ao conteúdo individual e personificado de tais mensagens. Desta forma, o desejo coletivo não se cristaliza e, ao mesmo tempo se conscientiza que as estruturas políticas e ideológicas não podem canalizar os nossos desejos em modelos opressivos, frases prontas ou dogmas alienantes que impossibilitam a cognoscibilidade da realidade e reproduzem as relações mecânicas que dificultam o entendimento da fragmentação interna do sujeito humano e não permitem a identificação da injustiça política e a compreensão da solidariedade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOURETTI, Marie-Claire; RUZÉ, Françoise. O mundo Grego Antigo – Dos palácios de Creta à conquista Romana. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A cidade-estado antiga. São Paulo: Ática, 1985.

BENOIT, Hector. Sócrates – O nascimento da razão negativa. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

DROSDEK, Andreas. Sócrates – O poder do não saber. Petrópolis: Vozes, 2007.

DUHOT, Jean-Joël. Sócrates ou o despertar da consciência. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELFERICH, Christoph. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LUCE, John Victor. Curso de Filosofia grega: do século VI a.C. ao século III d.C.; trad. Mário Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

PLATÃO. A República, trad. Anna Lia A. de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. A Democracia. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. A Ética na Política. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

ROGUE, Christophe. Compreender Platão. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. As Origens do Pensamento Grego. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2008.